

25 Anos de Diálogo Católico-Luterano no Brasil*

Pe. Jesús Hortal, S.J.

Em 1982, completa-se o 25º aniversário do diálogo institucionalizado, entre católicos e luteranos, no Brasil. Digo institucionalizado, porque é evidente que contatos esporádicos existiram desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães. Mas só muito tempo depois é que surgiram os encontros sistemáticos e as estruturas do diálogo. Lancemos, pois, um olhar sobre esses vinte e cinco anos.

1. OS COMEÇOS: O DIÁLOGO ENTRE PROFESSORES

Em 1957, Pe. Paulo Olejak, S.J., após uma conversa com um pastor luterano em Santa Cruz do Sul, foi falar com o Pe. Frederico Laufer, S.J., professor no Colégio Cristo Rei de São Leopoldo. Os dois acharam conveniente propor aos professores da Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) a criação de colóquios teológicos regulares, a exemplo dos que já existiam em outras partes, como na Alemanha. Sentiam-se estimulados, para tanto, pela Instrução publicada pelo Santo Ofício, em 1949, e que representou uma mudança fundamental de atitude da Santa Sé, em relação ao movimento ecumênico. Pe. Paulo fez os primeiros contatos necessários, inicialmente, com o Pastor Rudolfo Saenger, Diretor do Colégio Sinodal, e com os professores da citada Faculdade Evangélica de Teologia, os quais aceitaram a sugestão. Falou igualmente com o Sr. Arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, que deu a sua aprovação e nomeou seu representante nos colóquios o então Pe. Ivo Lorscheiter, Professor de Teologia no Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Também deu o seu consentimento o Provincial dos jesuítas, Pe. Jorge Steiger.

A 8 de março de 1957, realizou-se uma reunião preliminar, no gabinete do Pastor Saenger. Além deste, estiveram presentes, do lado evangélico, os Pastores Bertholdo Weber, Hoehn e Tappenbeck; do lado católico, os citados PP. Paulo Olejak e Frederico Laufer, jesuítas. A partir daí, começaram os colóquios, a um ritmo

* Este estudo é publicado simultaneamente na revista "Teocomunicação".

normal de dois por semestre. A participação neles tem sido muito variável. Às vezes, reuniram professores das três instituições (Faculdade Evangélica, Faculdade Católica Cristo Rei e Seminário de Viamão). Às vezes — durante períodos mais ou menos longos — não houve participação dos professores de Viamão. Durante um certo período, tomou também parte, embora a título meramente pessoal, o Pastor Arnaldo Schmitt, naquele tempo Reitor do Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (Sínodo de Missouri). A partir do segundo semestre de 1981, tendo sido desativada a Faculdade de Teologia Cristo Rei, os colóquios foram assumidos, da parte católica, pelo Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da PUC de Porto Alegre. As únicas duas pessoas que perseveraram sempre nos colóquios são o Pe. Paulo Olejak e o Pastor Bertholdo Weber. Pe. Frederico Laufer, embora um dos pioneiros e ainda participante ativo, esteve ausente durante alguns anos, quando ficou residindo em Roma, no Colégio Pio-Brasileiro.

Ao longo desses vinte e cinco anos, a variedade dos temas tratados é muito grande. Houve nos primeiros anos uma prevalência dos temas dogmáticos e, mais especificamente, eclesiológicos. O Concílio Vaticano II despertou um grande interesse dos irmãos evangélicos, pelo que alguns de seus documentos serviram como tema de reflexão nos nossos encontros. A partir de 1971, porém, com a publicação da Exortação Apostólica *Octogesima Adveniens*, constata-se uma crescente atenção para as implicações sociais do Evangelho e para a nova teologia latino-americana. Os trabalhos de SODEPAX e a Conferência de Puebla — da qual participou, como observador, o Pastor Weber — são uma pequena amostra dos temas focalizados nesse sentido. Também os trabalhos da Comissão Mista Internacional Luterano-Católica constituíram uma base para os nossos encontros.

Em cada sessão, há um breve tempo de reflexão e oração bíblica. Segue-se a exposição do tema em foco. O expositor procede alternadamente do lado evangélico ou do católico, mas sem reigidismos. Às vezes, numa mesma sessão, foram dois os expositores: católico e evangélico.

Num novo momento há o intercâmbio e a discussão entre os participantes. Mais do que de uma discussão formal, trata-se de procurar compreender a posição de ambas as Igrejas, sobre o ponto em estudo. A sessão se encerra com a recitação comum do "Pai-Nosso".

Uma das dificuldades maiores tem sido a rotatividade excessiva dos professores e, conseqüentemente, dos participantes das três instituições empenhadas no diálogo. Isso faz com que atual-

mente se focalizem de novo temas já tratados há alguns anos. Mas é claro que sempre há novas nuances e novos progressos.

2. 1969 COMEÇA O DIÁLOGO MULTILATERAL

Uma instituição de serviço constitui o marco seguinte do que temos chamado "diálogo institucional". Trata-se do SICA (Serviço Interconfessional de Aconselhamento), de Porto Alegre. Participam nele quatro igrejas: católica, evangélica de confissão luterana, episcopal e metodista. Sem desmerecer as outras, é claro que essa participação é maior da parte da Igreja católica e da evangélica de confissão luterana, pois constituem os dois grupos confessionais mais numerosos na Grande Porto Alegre. Chamamos a atenção para o fato de que também no SICA trabalham ativamente os dois pioneiros do diálogo católico-luterano: o Pastor Weber e o Pe. Laufer.

3. A COMISSÃO MISTA NACIONAL CATÓLICO-LUTERANA

Desde 1967, existe uma Comissão Mista Internacional Católico-Luterana, nomeada pela Federação Luterana Mundial e pelo Secretariado para a Unidade dos Cristãos (de Roma). Em 1973, o Pastor Bertholdo Weber passou a formar parte dela. Acabava de ser aprovado o "Relatório de Malta", documento que recolhe os primeiros frutos do diálogo internacional. Aos 23 de janeiro de 1974, o Pastor Weber escrevia ao então assessor da "linha 5" (Ecumenismo e Diálogo Religioso) da CNBB, Pe. Paulo Homero Gozzi:

"A Comissão Mista Católica/luterana, em sua 2ª sessão, realizada nos 8 a 12 de janeiro pp., em Roma, deu especial importância ao processo de recepção dos resultados do diálogo entre católico-romanos e evangélico-luteranos, apresentados no documento "O Evangelho e a Igreja", o assim chamado "Relatório de Malta... Como primeiro passo, torna-se, ao meu ver, necessário a formação de uma Comissão mista entre as nossas igrejas, para uma avaliação do Relatório de Malta e o estudo das implicações conseqüentes para a comunhão eclesial praticada e vivida".

A CNBB aceitou essa sugestão e, de acordo com a proposta do Pastor Weber, nomeou os PP. Jesus Hortal, S.J. e Sinésio Bohn (atualmente Bispo diocesano de Novo Hamburgo) como membros dela. Da parte luterana, além do citado Pastor Weber — que é também presidente da Comissão Ecumênica de sua Igreja —, foi designado o Pastor Walter Altmann. Quando o Pe. Sinésio foi

promovido ao episcopado, no seu lugar entrou o Pe. Bonifácio Schmitt, do Seminário de Viamão.

A Comissão Nacional se ocupou inicialmente com a tarefa específica para a qual fora criada: a recepção do Relatório de Malta. Para isso, elaborou um questionário, enviado a mais de trezentas comunidades de cada uma das Igrejas, que se encontravam em proximidade geográfica umas das outras. Tentou-se desse modo despertar nas bases um interesse pelos temas e vivências ecumênicas. A percentagem de respostas não foi muito grande, o que evidencia um certo descaso pelo movimento ecumênico, mesmo nos lugares onde as duas confissões se encontravam em contato permanente. Mas o questionário nos deu uma ampla visão do que estava sendo feito, um pouco por toda a parte, mais no plano da prática do que no do aprofundamento teológico.

A Comissão preparou então uma nova tradução do Relatório de Malta, dado que a publicada na revista SEDOC estava feita sobre a versão francesa (o texto oficial é o alemão) e apresentava deficiências notórias. Imprimiram-se três mil exemplares, financiados, em partes iguais, pelas duas igrejas. Foram espalhados entre as mesmas comunidades que tinham recebido previamente o questionário, assim como entre padres, pastores e estudantes de teologia, em geral. Não parece que tenha havido uma reflexão muito profunda e geral sobre esse documento, redigido numa linguagem teológica muito precisa. Contudo, ainda hoje se pode comprovar que, em certos lugares, constitui tema de reflexão nos encontros entre padres e pastores.

Em 1978, a Comissão Mista Nacional traduziu, sob o título "A Ceia do Senhor", o segundo documento aprovado oficialmente pela Comissão Internacional. Ele foi editado, em livreto, pelos luteranos e publicado pelos católicos no "Comunicado Mensal da CNBB" (maio de 1978). Deve-se notar que a estrutura mais burocratizada da CNBB, a distância de Porto Alegre a Brasília e o fato de o assessor nacional da linha 5 não ter residido nunca permanentemente na sede nacional dificultam as edições e promoções conjuntas, pois não é fácil sempre acertar os prazos em tempo. Da parte luterana a situação é bem diferente, pois a direção da Igreja está em Porto Alegre e, como já foi mencionado, o Pastor Weber ocupa o cargo de presidente da Comissão Ecumênica (o equivalente à nossa linha 5). Por isso, "A Ceia do Senhor" teve uma difusão bem menor entre os católicos do que entre os luteranos: simplesmente não atingiu as bases.

Esperamos, num futuro não distante, poder editar um livro que reúne não só os dois citados documentos, mas também a

declaração "Todos sob um mesmo Cristo", o estudo tripartido (de católicos, luteranos e reformados) sobre os matrimônios mistos, o relatório da Comissão Internacional sobre o Ministério Ordenado e outros, que sirvam para um conhecimento mais exato do estado atual do diálogo oficial entre as duas confissões.

4. SEMINÁRIOS ECUMÊNICOS

Ainda em 1974, quando a Comissão Mista Nacional ensaiava os seus primeiros passos, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com o apoio do Instituto de Estudos Ecumênicos de Estrasburgo, organizou, de 10 a 18 de setembro, no Rio de Janeiro, um Seminário Ecumênico. Tratava-se de uma promoção especificamente luterana, mas para a qual foram convidados numerosos católicos, quer como participantes, quer como conferencistas. Isso propiciou uma reflexão sobre o relacionamento entre nossas duas igrejas e a apresentação e aprovação de uma série de propostas a respeito. Elas se encontram recolhidas no Comunicado Mensal da CNBB (outubro de 1974) e foram o ponto de arranque para a presença de observadores luteranos nas Assembléias Gerais da CNBB e de católicos nos Concílios da IECLB. Uma boa parte dos trabalhos desse seminário, junto com alguns outros artigos dos membros da Comissão Mista Nacional, foram recolhidos no livro "Desafio às Igrejas" (São Paulo 1976), editado conjuntamente pelas Edições Loyola e pela Editora Sinodal.

Na conclusão nº 5, pedia-se que em 1976 se celebrasse "um seminário conjunto, sobre a realidade brasileira, com participação também do pessoal da CNBB e da IECLB". Só foi possível levar à prática esse pedido em 1977. Teve lugar em São Leopoldo, no Colégio Cristo Rei, com o tema "Testemunho Comum e Vivência". O relatório correspondente apareceu no Comunicado Mensal de julho de 1977. A participação foi ampla e seleta, compreendendo inclusive, da parte católica, o bispo e o assessor da linha 5, e da parte luterana, diversos pastores regionais. Também no fim os participantes pediram a celebração, dois anos mais tarde, de um outro seminário. Sugeriu-se que fosse "numa cidade do interior, onde convivem ambas as comunidades... havendo possibilidade de trabalho entre o povo". Infelizmente, não se conseguiu editar um livro com os trabalhos apresentados.

De acordo, pois, com as sugestões indicadas, embora com um certo atraso, celebrou-se em 1981 em Rio do Sul, SC, de 21 a 24 de setembro, esse novo seminário, no qual foi apresentado, entre outros trabalhos, o presente relatório. Cabe destacar que, numa das noites, houve uma sessão pública, na cidade, com a participação de perto de cem leigos, em que o Pe. Hortal apresentou a Igreja católica

para os luteranos e o Pastor Weber a Igreja evangélico-luterana para os católicos. Uma vez mais, os participantes do seminário pediram a celebração de um outro, no prazo de dois anos, a ser possível, no Paraná.

Creio que, após todos estes anos de caminhada, a atividade que se tem revelado mais frutuosa é a da celebração de seminários ecumênicos. Os seus participantes ficam admirados, ao conhecer o quanto se faz por uma parte e por outra, e se tornam os mais entusiastas propagadores da causa ecumênica.

5. ASSESSORIA A GRUPOS ECUMÊNICOS LOCAIS

De forma espontânea, ao longo dos últimos dez anos, tem ido surgindo diversos grupos ecumênicos em nível local. Não são especificamente católico-luteranos, mas sim prevalentemente. Referimo-nos, porém, a eles porque membros da Comissão Mista Nacional Católico-Luterana – mais concretamente o Pastor Weber e o Pe. Hortal – prestaram uma certa assessoria e colaboração. Podemos citar, nesse sentido, os grupos de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Xapecó e Rio do Sul. Houve também uma assessoria nos encontros sobre ensino religioso no Vale do Rio dos Sinos e no surgimento do "Porta Aberta – Serviço Ecumênico de Aconselhamento", de São Leopoldo, instituição semelhante ao SICA de Porto Alegre.

6. COLABORAÇÃO EM PROJETOS DA CNBB E DO CONIC

Tendo sido a Comissão Católico-Luterana a primeira Comissão Mista em âmbito nacional, serviu também como modelo e base para a criação de outras posteriores. Também os seus membros têm sido solicitados, com frequência, a colaborar em outras atividades ecumênicas, não estritamente ligadas ao diálogo bilateral. Destaquemos, em primeiro lugar, a elaboração do "Guia Ecumênico" e do "Guia Ecumênico Popular" (nn. 21 e 28 dos "Estudos da CNBB"). É verdade que o grupo de trabalho correspondente era de diversas confissões, mas os únicos dois membros que permaneceram, do começo até o fim, nesse grupo de trabalho foram precisamente dois integrantes da Comissão Mista Nacional Católico-Luterana: o Pastor Weber e o Pe. Hortal.

Também a Comissão Mista preparou ante-projetos para certos documentos do diálogo multilateral, como a primeira redação do Estatuto do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) e da mensagem do mesmo CONIC para o Dia Mundial da Paz de 1979.

7. A COLABORAÇÃO NO CAMPO SOCIAL

Nos três seminários a que aludimos anteriormente, evidenciou-se uma preocupação fundamental pelo testemunho comum de nossas igrejas no campo social. Muito se tem feito neste sentido, embora nem sempre com caráter institucional e permanente. Citaremos apenas alguns casos.

Cabe destacar, em primeiro lugar, a colaboração na pastoral indígena e na pastoral de terra. Embora não sejam problemas estritamente bilaterais, mas interessem a todas as Igrejas, pode-se dizer que as ações dos dois organismos especializados da CNBB – CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e CPT (Comissão Pastoral da Terra) – encontraram muito maior eco na IECLB do que em outras confissões cristãs. Hoje é comum a presença e atuação dos pastores e leigos evangélicos de confissão luterana nas suas atividades.

Também se pode chamar a atenção para a presença simultânea de católicos e evangélicos de confissão luterana nos grupos e movimentos de caráter social não estritamente confessionais, como o Movimento Latino-Americano de Justiça e não-Violência ou a Comissão de Justiça e Direitos Humanos.

8. OLHANDO PARA O FUTURO

Esses 25 anos de caminhada conjunta nos mostram como se foi passando da simples coexistência pacífica para o diálogo teológico e daí para a colaboração ativa na prática do testemunho cristão. As iniciativas se multiplicam hoje por toda a parte. Há sinais promissores inclusive de um engajamento dos jovens no diálogo ecumênico. Os estudantes de teologia da Faculdade Evangélica de São Leopoldo e os do Instituto Católico de Teologia, de Porto Alegre, já iniciaram os seus contatos. Caminhamos, cada vez mais, como Igrejas fraternas que procuram a unidade no único Espírito. O que foi relatado é apenas uma parte de tudo quanto tem acontecido nos últimos vinte e cinco anos. Quem sabe até onde nos será dado caminhar nos próximos vinte e cinco anos?